

ARTIGO

VIVÊNCIAS NEGRAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: ENTRE TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO E SOCIABILIDADE

BLACK EXPERIENCES IN THE CITY OF SÃO PAULO: BETWEEN TERRITORIES OF EXCLUSION AND SOCIABILITY

FÁBIA BARBOSA RIBEIRO*

RESUMO

O projeto de urbanização empreendido em São Paulo a partir do último quartel do século XIX gerou a paulatina expulsão das camadas mais pobres, e, por consequência, negras, da região central, momento histórico no qual podemos deslindar enfiamentos individuais e coletivos, face ao seu processo de desterritorialização. O presente artigo pretende-se um ensaio reflexivo de longa duração, acerca dos fluxos e refluxos de africanos e seus descendentes na cidade de São Paulo. Suas experiências, seus espaços de sociabilidade e resistência na metrópole, reconstruídos a partir das memórias de homens e mulheres negros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. **PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo; cidade; Irmandade do Rosário; memória; resistência.

ABSTRACT

The urbanization project undertaken in Sao Paulo from the mid to late nineteenth century led to the gradual expulsion of the poor, and therefore black, the central, historical moment in which we can disentangle individual and collective confrontations, given their dispossession process. This article is intended to test a reflective long term, about the African ebbs and flows and their descendants in the city of São Paulo. Their experiences, their spaces of sociability and resistance in the metropolis, reconstructed from the memories of black men and women of the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of the Black Men of São Paulo.

KEYWORDS: São Paulo; city; Brotherhood of Rosário; memory; resistance.

Introdução

Reminiscências são construídas ou “compostas”, nos dizeres de Alistair Thomson, para dar sentido às nossas vidas, no presente e no passado. Elas podem variar de acordo com as alterações sofridas, ao longo do tempo, por nossa própria identidade pessoal, à qual se encontra intrinsecamente relacionada às nossas interações “com outras pessoas e com a nossa própria vivência”. Assim, compomos ao longo da vida, um passado com o qual possamos conviver, construindo as nossas identidades através do processo de contar histórias para nós mesmos e para outras pessoas.¹ Nos “enquadramentos da memória”, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos”², todavia, não devemos esquecer que “a elaboração da memória e o ato de pensar são sempre individuais: pessoas e não grupos, se lembram”.³

Nesse sentido, trajetórias de vida podem ajudar a revelar aspectos importantes da História, através da memória individual e coletiva sobre acontecimentos, espaços, territórios, lugares. No que tange às “vivências negras na cidade de São Paulo”, objeto deste artigo, elas serão reconstruídas a partir das reminiscências de alguns membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, homens e mulheres negros que compartilharam identidades em comum e a experiência coletiva da cidade e desse espaço de sociabilidade em particular, nas primeiras décadas do século XX.⁴

Nas memórias impressas, relatos que ajudaram a conhecer os “territórios negros” na São Paulo daqueles tempos: os lugares de trabalho e de convivência comunitária, os mercados de alimentos, os boticários e ervanários, os bailes, os passeios... Caso da Rua Direita onde praticavam o “*footing*”⁵ e apreciavam as lojas “chiques” das quais nada podiam levar. Em dado momento, seriam até mesmo proibidos de ali circular, sob a alegação de “atrapalhar” o movimento das lojas e intimidar seus ricos frequentadores.⁶

Corpos e rostos negros indesejáveis persistiam em ocupar espaços que lhes seriam retirados paulatinamente pela urbanização iminente. Ainda assim, lugares como a Praça da Sé, o Largo do Piques (Largo da Memória), a Praça do Patriarca, permaneceram durante muito tempo pontos de encontro do “meio negro”, nos quais também se discutia a “situação”⁷.

Um pouco mais adiante, nos Campos Elíseos, os casarões que antes abrigaram os barões do café seriam ocupados por um grande contingente de homens e mulheres negros. Mais abaixo, a Barra Funda, local de referência para se encontrar trabalho na ferrovia carregando e descarregando pesados sacos em direção ao grande armazém. Ali, uma maioria de homens negros se recostava nos muros a descansar do árduo trabalho e aguardar a féria do dia. Logo poderiam gastar o suado dinheiro nos apinhados “bailes negros”: “Evoluídos”, “28 de Setembro”, “Auriverde”, “Elite”⁸. Era lá que se divertiam e dançavam ao som da valsa, *fox-trote* e do *ragtime*, ritmos distintos, que se misturavam aos batiques dos tambores dos blocos carnavalescos... Mulheres de “vida aerada” também podiam ganhar a vida naquele território.

Passados quase cem anos de um período que as memórias de meus depoentes ajudaram a reconstruir, década e meia do século XXI, uma curta caminhada pelas ruas do centro de São Paulo - cidade marcada e exaltada pela diversidade de povos que compõe a sua população - revela um cenário ao mesmo tempo familiar e incomum, diacrônico e sincrônico, que nos leva do presente ao passado, retorna ao presente e deixa entrever, entre corpos e rostos familiares, outros novos, que já não podem mais deixar de serem notados. São feições negras, novamente. Mas agora, de homens e mulheres africanos de diferentes nacionalidades que circulam todos os dias pelas ruas do centro. Eles estão no comércio de rua e nos espaços formais de trabalho, sobretudo no setor de serviços, andam nos parques e frequentam assiduamente as bibliotecas públicas, onde estudam, conversam ou

simplesmente aproveitam o *wi-fi* gratuito que os mantém conectados aos familiares distantes.

Fazem parte de um crescente processo de entrada de estrangeiros no país. Dados recentes do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça, revelam que o número de pedidos de refúgio no Brasil, saltou de 966 solicitações em 2010, para incríveis 28.670 em 2015, aumento percentual de 2.868% em um período de apenas cinco anos. Atualmente o Brasil possui cerca de 8.863 refugiados reconhecidos, dos quais 28,2% são mulheres. As regiões que mais contribuem para esse número são África, Ásia e o Caribe. Em relação aos países do continente africano, Angola e Congo lideram com 1.420 e 968 pedidos de refúgio respectivamente.⁹

Embora os índices pareçam modestos e apontem para uma baixa representatividade do Brasil no ranking dos países que mais recebem imigrantes¹⁰, eles podem ser vistos nas ruas do centro histórico: Largo São Bento, Praça da Sé, Vale do Anhangabaú, Largo do Paissandú, nos calçadões do bairro da Liberdade (histórico núcleo de imigração japonesa), onde senegaleses vendem panos, bolsas e bijuterias “africanas”, *shorts* Nike e acessórios eletroeletrônicos. Também no bairro do Brás, local em que vendem, mas também compram produtos que enviam costumeiramente a seus países para serem revendidos (roupas da moda usadas por personagens de novelas globais e chinelos “Havaianas” tem a preferência)¹¹. Comércio intenso que motivou hotéis e pousadas da região a reservarem quartos e oferecerem em seus cardápios, pratos típicos de alguns países africanos a fim de atrair e manter uma clientela cada vez mais crescente.

Entre o final de 2015 e o início de 2016, houve uma expressiva entrada de imigrantes africanos no Brasil, sobretudo oriundos de Angola. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, 600 mulheres angolanas desembarcaram na capital paulista, algumas grávidas ou com filhos pequenos,

nem todas acompanhadas por seus companheiros. São chamados esses imigrantes, genericamente de “africanos”, “nigerianos”, “angolanos” ou mesmo “haitianos” (o mais comum), ocupam lugares e demarcam cada vez mais os seus espaços na cidade. Notadamente, causam curiosidade e estranheza, muito embora as relações entre o Brasil e o continente africano sejam muito antigas, remontem pelo menos 500 anos de contatos diplomáticos, trocas comerciais e socioculturais e que tenham deixado marcas indeléveis na formação de nosso país. Relações assentadas fortemente no tráfico de pessoas escravizadas, comércio de gente que se sustentou por mais de 300 anos e nos trouxe cerca de quatro milhões e meio de africanos oriundos de várias partes do continente.¹²

A presença de africanos não deveria surpreender o cenário citadino brasileiro, no entanto, impressiona observar que o decorrer do século XIX, trouxe consigo como que uma ruptura entre as duas margens do Atlântico. Afastamento que pode ser compreendido, entre outros fatores, a partir do olhar sobre as políticas públicas de imigração instituídas logo após a abolição da escravidão e a proclamação da república. Políticas que ganharam contornos raciais, alimentadas pelas teorias de determinismo biológico em voga à época e incentivaram a imigração europeia em detrimento da africana e asiática. Nessa direção, o Decreto-Lei nº 528, de 28 de Junho de 1890, promulgado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, logo em seus primeiros artigos determinava que:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes,

communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia¹³. (grifos meus)

A partir do decreto, diplomacia e polícia foram instadas a atuarem em portos de embarque e desembarque no intuito de impedir a entrada daqueles “indivíduos” que não se enquadrassem nas determinações da lei. A obstrução deveria ocorrer antes mesmo do embarque, comunicando-se via telégrafo caso não fosse possível, a fim de que as autoridades competentes estivessem prontas a interceptá-los em solo brasileiro. É notável que africanos e asiáticos fossem colocados em igualdade com “mendigos e indigentes” (estes impedidos mesmo que brancos fossem), favorecendo-se sobremaneira a entrada de certo tipo de europeu cuja “branquidão, segundo acreditavam as elites, ajudaria a desafricanizar a população brasileira”.¹⁴

E assim, o histórico e longo “atlantismo brasileiro”, silenciou-se no limiar do século XX, momento em que “a África curvou-se à colonização das metrópoles europeias enquanto o Brasil voltava-se para seus projetos domésticos”, movendo-se em direção a um projeto de “modernização conservadora”, lançado por uma elite que, entre outros objetivos, buscava a resolução do chamado “problema negro”, que a levaria à superação da herança de seu passado escravista.¹⁵

Junte-se às disposições legislativas acerca da imigração e às tentativas de “desafricanização” da população brasileira, o projeto de urbanização de São Paulo em meados do século XX e teremos um processo paulatino de expulsão das camadas mais pobres, e, por consequência, negras, da região central da cidade, momento histórico em que podemos deslindar resistências

individuais e coletivas em face ao seu processo de desterritorialização. Algumas das quais foram expressas nas memórias dos homens e mulheres negros, descendentes de africanos, irmãos e irmãs do Rosário, com quem tive a oportunidade de compartilhar momentos preciosos de descoberta de uma cidade descortinada à luz de suas lembranças e cujo presente artigo pretende revisitar.

Nesse sentido, revisitar essa “presença negra” se compraz em um ensaio reflexivo de longa duração, acerca dos fluxos e refluxos de africanos e seus descendentes na cidade de São Paulo. Suas experiências, seus espaços de sociabilidade e resistência na metrópole, os colocaram/colocam em diálogo permanente com a alteridade, na medida em que foram/são olhados como o “Outro”, a ser explorado, repellido, remediado. Acredito que o olhar sobre um passado não muito distante, de homens e mulheres negros recém-saídos da escravidão, possa nos ajudar a compreender a recrudescente migração africana em São Paulo, como parte de um ciclo histórico de interações entre o Brasil e o continente africano, que se arrefeceram por certo tempo, mas não se encerraram no apagar dos oitocentos e se renovam na contemporaneidade. História de um tempo presente, que se faz diante de nossos olhos.

Vivências negras na São Paulo Antiga

Exatamente em meio à entrada de um desses caminhos, que é hoje a muito conhecida e super poderosa Rua Quinze de Novembro, havia como que um tabuleiro natural antecipando-se à íngreme descida que mais tarde nossos avoengos chamariam de Açú e nós viemos a conhecer como a elegante e importante Avenida São João. Nesse tabuleiro, cabeça de morro, pleno campo, eivado de barbas de bode, os Negros africanos se reuniam às escondidas, nas poucas horas de lazer que os seus “senhores” mais magnânimos lhes concediam. (...) Com o decorrer dos anos, os ‘malungos’ erigiram uma rústica e paupérrima capelinha em terras devolutas.¹⁶

É assim que o histórico militante negro, Raul Joviano do Amaral, descreve o primeiro prédio da Irmandade do Rosário, que se localizava, até o ano de 1903, no antigo Largo do Rosário, atual Praça Antônio Prado.¹⁷ Amaral foi membro ativo da Irmandade do Rosário, sobre a qual escreveu em *“Os pretos do Rosário”*. Desempenhou ainda, importante papel na comunidade negra paulistana do início do século XX e ajudou a fundar a Frente Negra Brasileira (FNB), tornando-se um dos principais articuladores de seu jornal, *“A Voz da Raça”*.

A “rústica e paupérrima capelinha” deu origem ao templo junto ao qual havia um pequeno cemitério¹⁸, além de um bom número de casas e pequenos prédios nos quais se praticava um ativo comércio, comandado, em especial, por negras e mulatas libertas, que, segundo Antônio Egydio Martins, ao conquistarem a sua alforria, imediatamente compravam “uma ou duas crioulas ou mulatas para trabalharem para elas”, estabelecendo suas quitandas nas quais vendiam além de doces, frutas, legumes e verduras.¹⁹



*Rua 15 de novembro com a Igreja do Rosário ao fundo.
Imagem de Militão Augusto de Azevedo, 1862.*

Os valorizados espaços contíguos à antiga igreja motivavam a cobiça entre os comerciantes da região, que, além disso, questionavam os usos do espaço público em torno da Igreja, conhecido local de quitanda popular, no qual escravas e forras, pretas ou mulatas, mas também brancas pobres

praticavam o comércio “menos considerado” de gêneros alimentícios: “nas casinhas da Rua da Quitanda Velha, na Ladeira do Carmo, chamado ‘O Buracão’, Rua do Cotovelo... Entre a Igreja da Misericórdia e a do Rosário”. Trânsito comercial que ocupou aos poucos becos e travessas do centro “a ponto de se queixarem dele os comerciantes da Rua Direita, estabelecidos em suas lojas, reclamando principalmente da sujeira, dos mosquitos e dos maus cheiros”²⁰. Antônio Egydio Martins registrou o comércio noturno das “vendedeiras de doces” nas escadarias da Igreja da Misericórdia, muito próxima a sua consorte do Rosário:

(...) nas escadarias de pedra de cantaria que, em frente da referida igreja, existiam, era o lugar onde se estacionavam, antigamente, á noite, para vender a sua quitanda, as vendedeiras de doces, biscoitos de polvilho, bolos de milho soccado ou de mandioca púva, pasteis de farinha de milho ou de trigo, saborosos cuscús de bagre e de camarão da água doce, empadas de *piquirá* ou *lambari*, peixe frito, pinhão quente, amendoim torrado, pequenos pedaços de *quindungo* (amendoim torrado e socado com pimenta comari e sal) e pé de moleque com farinha de mandioca e amendoim, os quaes eram expostos á venda em pequenos taboleiros de madeira forrados com alvas toalhas e no centro delles, para allumiar era collocada uma lanterna de folha de Flandres com uma vela de sebo accessa. As quitandeiras, que, em altas vozes, apregoavam a sua quitanda, eram, na sua maioria, escravas de varias familias, que então viviam desse genero de negocio.²¹

A proximidade entre senhores e escravos, marcou indelevelmente o cenário colonial brasileiro, caracterizado desde os seus primórdios, por uma intrincada teia de relacionamentos que movimentava o cotidiano de suas cidades, vilas e arraiais. Especialmente nas zonas urbanas, favoreciam-se amplamente a convivência doméstica e as relações interpessoais, produzindo-se nos interstícios da sociedade escravista, uma gama variada de tipos sociais que gravitavam em torno de senhores e patrões: escravos, libertos, livres pobres, agregados. Aproximação que viabilizava a esses segmentos marginalizados, uma sociabilidade que assegurava a sobrevivência, e, por

vezes, a formação de um pecúlio, para no caso dos cativos, comprar ou quitar a própria alforria ou de outrem, ou até mesmo adquirir um escravo para si.

De fundamental importância também era a mobilidade conquistada pelos escravizados através dessa proximidade, fator que segundo Cristina Wissenbach: “acompanhava a vida dos escravos domésticos, ao terem incluídos entre suas lides diárias também as compras, o abastecimento de água, as vendas de quitutes ou de água aos soldados”²². As ruas ofereciam o espaço ideal para a sua interação com os demais grupos sociais, uma vez que:

Os criados compartilhavam de certa intimidade com os moradores dos sobrados, mas alternavam esse convívio com as dimensões trazidas pelo sair às ruas (...) o espaço das ruas estabelecia o esteio dos relacionamentos sociais experimentados pelos trabalhadores negros, constituindo a principal dimensão de sua interação com os demais grupos da sociedade e com o poder político da cidade, numa escala de proximidade bastante intensa.²³

Segundo Maria Odila Dias, o livre trânsito de libertos e escravos de ganho pelas ruas das vilas, proporcionou o desenvolvimento de trocas comerciais, que, entre outras coisas, transcendiam as relações econômicas, revestindo-se de um “sentido cerimonial”, sobretudo na troca ou mesmo venda de “bens de prestígio”, tais como a aguardente e o fumo, ou ainda de ervas e frangos “mágico-religiosos”²⁴. Ritual comunitário que fortalecia os laços entre homens e mulheres africanos e seus descendentes, amenizando de certa forma, as agruras do cativeiro, num senso de comunidade ancestral, reforçado pela participação em irmandades, como a do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. Entidade que deixou registros de suas manifestações no século XIX:

Por ocasião das solenidades que, antigamente se effectuavam na igreja de N. S. do Rosario, em honra desta santa, se realisavam tambem, em frente a mesma igreja, festejos populares, postando-se ahi um numeroso bando de pretos africanos, que executavam, com capricho, a celebre *musica* denominada Tambaque

(espécie de *Zé Pereira*), cantando e dançando com as suas parceiras, que, adornadas de rodilha de panno branco na cabeça, pulseira de prata, e de rosario de contas vermelhas e de ouro ao pescoço, pegavam no vestido e faziam requebrados, sendo por isso victoriados com uma salva de palmas pela numerosa assistencia; e, quando terminava a festa da igreja, os mesmos africanos acompanhavam, tocando quantos instrumentos exquisitos haviam, e cantando, o *Rei* e a *Rainha*, com a sua côrte, composta de grande numero de *titulares* e de *damas*, que se apresentavam muito bem vestidos. O *Rei* e *Rainha*, logo que chegavam em casa, ofereciam aos mesmos titulares, que adoptavam os títulos que então possuíam os antigos estadistas do tempo do imperio, e ás *damas*, um opíparo jantar, durante o qual trocava-se amistosos brindes entre os convivas, mandando as majestades distribuir bebidas aos tocadores do mesmo Tambaque, e que ficavam na ruía esperando a sahida dos mesmos personagens, os quaes, no meio do ensurdecedor barulho, voltavam para a igreja, afim de tomarem parte na solene procissão de N. S. do Rosario. Os filhos de menor idade dos pretos africanos tambem assistiam as mesmas festas, acompanhados das mães, apresentando-se bem vestidos, com um gorro de lã, feito de *crochet*, na cabeça, e trazendo como adorno ao pescoço um rosario de contas vermelhas e de ouro, com um grande número de bugigangas, taes como dentes de onça, figas de guiné e de ouro, olho de cabra, pacová, etc., sendo que tudo isso era para livrar os pequenos filhos dos mesmos pretos africanos de algum mão olhado ou de qualquer *quiçaça*, *matirimbinbe* ou picuanga (feitiçarias)²⁵.

Tais eventos não passaram incólumes ao olhar da elite paulistana. Affonso de Freitas registrou o seu horror ao movimento das mulheres do Rosário, cujo “bailado” para ele, não passaria de “um saracoteio infrene, em contorções grotescas, sem arte nem estética, lúbrico, torpemente lascivo no rebulir dos quadris”²⁶. Obviamente, a movimentação dessa massa empobrecida não deveria durar muito tempo, ela obstava o projeto de urbanização da cidade de São Paulo que se delinearía a partir da segunda metade do século XIX.

Em 1857, a Câmara Municipal de São Paulo encetou uma série de iniciativas urbanizadoras através das chamadas “Posturas Municipais”, que visavam, entre outras coisas, promover o alargamento de ruas e a padronização de antigas e novas construções, “aburguesamento” que “redimensionou os bairros do centro, cobrindo-os de gradis de ferro”. Aludindo ao congestionamento das estreitas ruas do centro e à necessidade de racionalizar os espaços, a “prevenção burguesa” atingiu também o comércio ambulante praticado pelas ruas da cidade.²⁷

Gerenciadas pela sociedade do café, as aspirações de modernidade dos oitocentos, ensejaram uma redefinição territorial que se acentuaria ao final do século. Se a São Paulo escravagista proporcionava a interação entre grupos sociais diversos, tinha-se agora na segregação espacial um aspecto estruturador da nova cidade que se erguia, elemento crucial e determinante para a “expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais”²⁸. O processo de “aburguesamento do centro”, logo atingiria a Igreja do Rosário. Os prédios contíguos à capela seriam alugados para um comércio mais “elitizado” que se formava a partir da Rua Direita: alfaiatarias, confeitarias, tabacarias, entre outros, rendimentos que se transformariam na maior fonte de sustentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo.

As posturas municipais que paulatinamente se alinhavaram a determinações sanitárias e policiais - estas, eivadas do pensamento higienista e da ideologia da supremacia racial branca de orientação europeia - e ainda aos debates sobre o abastecimento de água na cidade, fizeram com que no ano de 1893, se retirasse o chafariz instalado no Largo do Rosário desde 1874, muito utilizado pelas lavadeiras das imediações. Alguns anos antes o “Código de Posturas” de 1886, impusera rígidas normas de conduta aos habitantes da cidade, estabelecendo a designação de “vagabundos” a um conjunto diversificado de tipos, que incluiria: pessoas sem profissão, bêbados,

“arruaceiros”, prostitutas, vendedores de ervas e praticantes do curandeirismo, entre outros. No artigo 199 do Título XVII, intitulado “Sobre Vagabundos, Embusteiros, Tiradores de Esmolas, Rifas”, pode-se observar, para além da preocupação em coibir práticas mágico-religiosas indesejáveis, uma tentativa de “expropriar hábitos, costumes, tradições, saberes que pudessem conferir autonomia a essas pessoas”.²⁹

Na ocasião da retirada do chafariz do Largo do Rosário, houve grande tumulto por parte de moradores e populares “sendo preciso a intervenção da força pública para poder ser feito esse serviço”.³⁰ Em seguida à retirada do chafariz, viria a desapropriação e posterior demolição da “antiquíssima, feia, desgraciosa”, nos dizeres de Paulo Moura, Igreja do Rosário.³¹ Fato este que selaria a destruição de um espaço de concentração negra na cidade. Nos albores do século XX, a sociedade paulistana respirava os ares da modernidade, e assim, era preciso afastar a turba de homens e mulheres pobres que ali se estabeleciam, sobretudo nos arredores do Rosário, “enfeando” o centro da cidade.

A demolição total da primeira igreja foi efetiva no ano de 1903. Três anos mais tarde, seria inaugurado o novo templo, no Largo do Paissandu, sob intenso protesto dos irmãos do Rosário, pois “poucos acreditavam no desenvolvimento dos lados do Açú, zona não muito saneada, frequentada por gente de reputação duvidosa, a partir da Rua São José, hoje Líbero Badaró”³². Mesmo o novo prédio, inaugurado em 1906, passaria por novas tentativas de desapropriação. Em 1945, um projeto do prefeito Prestes Maia, previa que a igreja fosse demolida para o alargamento da Avenida São João e a construção de um monumento em homenagem ao Duque de Caxias. Mediante inúmeros protestos, o projeto foi abortado e o monumento erigido em outro ponto da cidade. Em janeiro de 1955, como parte das homenagens ao IV centenário da cidade de São Paulo, foi inaugurado ao lado da Igreja, um monumento em homenagem à “Mãe Preta”.



Escultura da Mãe Preta com Igreja do Rosário ao fundo.

Nesse quadro citadino de profunda inconstância que o alvorecer do século XX trazia, a Irmandade do Rosário despontou como uma referência para a comunidade negra na cidade, local de sociabilidade, para além da devoção religiosa, em que se realizaram reuniões de grupos dispostos a formar organizações para a defesa dos interesses dos “homens de cor preta”³³. O consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos abrigou uma legião de homens e mulheres negros dispostos a modificar suas condições precárias de vida, que fundaram instituições de ajuda mútua cujo escopo maior era empreender o “engrandecimento” da população negra na cidade.

Uma delas foi a “Associação dos Homens Unidos” cuja primeira ata de 16 de março de 1917, aparece assinada por mais de 40 pessoas, presentes na inauguração da entidade realizada no consistório da Irmandade do Rosário. Um dos objetivos dessa associação era “congregar todos os homens de cor preta e seus oriundos dando aos mesmos instruções praticas á vida e facultando-lhes os meios de ganharem honestamente o pão de cada dia”³⁴.

Ainda segundo a ata de fundação, a entidade era composta por um

presidente e oito membros de um conselho administrativo, que reunidos deveriam facultar sobre os assuntos de interesse da assembleia presente.

Embora não tivesse ligações formais com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, quase todos os presentes que assinaram a ata de fundação da “Associação dos Homens Unidos”, pertenciam aos seus quadros administrativos, alguns deles, também participaram de organizações político-sociais como a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, caso de Justiniano Costa e Raul Joviano do Amaral, mencionados anteriormente. Essas associações fizeram parte de um projeto maior de inserção social da população negra na cidade, no qual a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, exerceu um papel fundamental. Abrigo seguro para esses homens e mulheres, transformou-se em espaço de devoção, luta e resistência negra na cidade de São Paulo, elo comum que aproxima meus depoentes e que subjaz em suas lembranças.

Territórios negros da pauliceia nas memórias dos velhos do Rosário: as primeiras décadas do século XX

E foi assim então que eu conheci esse seu Benedito e nessa tarde nos encontramos aqui, ao lado da igreja e ele me perguntou: “o sr. já conhece a nossa igreja?” Eu falei: “a nossa igreja!?” Fiquei meio espantado porque a pronuncia dele – a **nossa** igreja – para mim foi um ponto de interrogação. Então eu falei: “não conheço”. Ele disse: “Quer conhecer a **nossa** igreja?”. E foi assim que eu entrei aqui pela primeira vez”. (Sr. Cleophano de Barros)³⁵.

O sentido de pertencimento transparece nas memórias do senhor Cleophano de Barros, ao falar sobre a primeira vez em que entrou na Igreja do Rosário. Construção que avistava constantemente a caminho do trabalho, mas onde jamais havia pisado, desconhecendo, portanto, haver ali uma irmandade construída por escravizados muitos séculos antes. Esse sentimento de “fazer parte” que permeou as memórias de todos os meus

depoentes, ao recordarem suas vivências no ambiente da irmandade, é expresso sempre no sentido de atribuir a esta igreja um caráter de “lugar seguro”. Outros espaços, frequentados inclusive pelo Sr. Cleophano, piracicabano chegado a São Paulo em 1934, fizeram parte desse cotidiano, demarcando novos territórios negros na cidade que se urbanizava rapidamente desde o início do século. É o caso da sede da Frente Negra Paulista, fundada oficialmente em 16 de setembro de 1931, estabelecida na Rua da Liberdade.³⁶

Foi uma epopeia de muito entusiasmo da raça negra em São Paulo. Então quem era negro, se sentia negro, gostava de ir lá. Tinha bons oradores, me lembro muito bem, um deles chamava-se Arlindo Veiga dos Santos e tinha o irmão dele que era secretário da Frente Negra, chamava Isaltino e tinha um grande orador que chamavam Dr. Guaraná Santana, era um excelente orador e eu com minha pouca cultura tornei-me um admirador dele³⁷. (Sr. Cleophano de Barros)

Em seus anos de existência, a FNB criou uma ampla rede de auxílio a seus associados, que podiam contar com serviços médicos e dentários, barbearia, cursos de alfabetização e ensino primário (devidamente reconhecidos e com professores nomeados pelo Estado) aulas de dança, corte e costura, teatro, pintura³⁸. Muitos negros foram alfabetizados nos bancos da escola da FNB. Dois de meus depoentes, o Sr. Mário Ribeiro da Costa³⁹, paulistano nascido em 1928, filho de Justiniano Costa, último presidente da FNB e juiz provedor da Irmandade do Rosário; e Tia Cida⁴⁰, natural do interior do Estado, chegada à cidade em 1929, recordaram-se de parentes que se alfabetizaram nos bancos da escola da Frente: “eu mesma nunca frequentei, mas um tio meu estudou lá, eles tinham uma escola”.

A Frente produzia o jornal, “*A Voz da Raça*”, que de certa forma se tornou um espaço de difusão das vivências negras na metrópole. Juntamente com o jornal “*O Clarim d’Alvorada*”, configuraram os maiores expoentes da

chamada imprensa negra paulista⁴¹. A necessidade de instrução era uma das principais bandeiras desses jornais negros que, embora apresentassem um discurso por vezes moralista e normatizador fortemente arraigado, não deixavam de denunciar o preconceito e aclamar a educação como uma forma de superação do racismo:

Geralmente, do negro que se apresenta em algum ambiente mais ou menos elevado, ou de alguma projeção e quando se realça por qualquer motivo (literário ou social), dizem logo, “Esse é um negro de alma branca!”. Esse conceito não se coaduna com a época e muito menos com a mentalidade nova. Não concordamos com semelhante aberração, pois que o homem negro convicto de seu valor, só age de acordo com a sua consciência e muito naturalmente a de cidadão livre. Esta mania de querer incrustar nas nossas cabeças de tudo quanto é negro, derivado ou sinônimo de negro não presta, é preciso acabar com essa mentira. É verdade que a nossa língua permite a indicação de um caso bárbaro empregando vários termos quais sejam: “alçados à negridão da vida”, um crime “negro”, ou uma nação “negra”. Tudo isso contribue para que os idiotas façam ideia de que o homem “negro” é sinônimo de coisa ruim, chegando até ao ponto se tocar a côr ou dar a côr á alma do individuo. Creio que todos os homens tem a alma igual, sem querer entrar aqui na ciência filosófica, mas o que influi no individuo é o grau de educação (que não tem cor), que o menino recebe. Portanto aí se vê, que não há nada de alma branca, senão a instrução, que cada um recebeu. Logo, o negro precisa, quasi que no geral, de conhecimentos superiores. Quando isso for feito, poderemos com uma voz uníssona gritar: SOMOS PRETOS E TEMOS ALMA PRÓPRIA!⁴².

O preconceito racial ajudava a demarcar os territórios negros na cidade e a disseminar uma geografia que correspondia às hierarquias sociais remotamente gestadas no passado da escravidão. Nesse bojo, se encontra a fundação do Aristocrata Clube, conhecido clube negro fundado pelo Sr. Mário Ribeiro da Costa em 1961, no centro da cidade, próximo ao Largo da Memória⁴³. A história da fundação do Aristocrata Clube possui particularidades e se encontra intimamente relacionada ao fato de ter sido seu

pai, Justino Costa, um dos fundadores da FNB e assíduo frequentador das associações negras que se formaram na cidade de São Paulo ao longo do século XX. Seu irmão, Rubens Ribeiro, foi um dos fundadores do Clube Palmares, sucessor da FNB após o seu fim.

Desde criança o Sr. Mário acompanhou a movimentação dessas entidades em sua casa e muitas reuniões foram feitas lá: “eu já nasci nesse meio político, meu pai era o presidente da Frente Negra, quando nasci nesse meio político, meu pai era da Frente Negra e ele era juiz provedor da Irmandade do Rosário... Já vinha uma história daquele tempo e aí que eu comecei assim, dentro de casa mesmo”⁴⁴. A vontade de agremiar-se podia seguir uma tradição familiar, no entanto, a fundação do Aristocrata Clube possui raízes também no preconceito racial:

(...) Quanto mais você quer progredir então mais você vai sentindo os oponentes, o pessoal que não quer deixar você crescer, o preconceito... Aí você começa a disputar espaços e começam a aparecer os adversários. Então foi quando nós fundamos aqui o Clube Aristocrata por que a gente não podia nadar, eles não deixaram, eu tinha uma vontade de nadar... Foi no Pinheiros. Fomos jogar futebol com amigos lá contra o Pinheiros, a gente era da Bela Vista, do Boca Juniors da Bela Vista. E era tudo amigo, era branco, preto, era gozado que ali tinha italiano, turco (que a gente chamava de turco todos os que eram árabes), amigos da gente e negros, então formavam o time. Mas era tudo amigo, era um pessoal muito bom, um ia na casa do outro, a gente tinha uma boa turma. Mas foi aí que eu disse, foi lá que um dia um rapaz disse que eu não podia nadar, porque ia estragar a minha pele, porque jogaram um preparado na água que fazia mal pra pele do negro. Isso era uma atitude deles desagradável, mas ao mesmo tempo foi bom porque nós começamos a nos mexer, acordamos. Não pode entrar como que vai fazer? Vamos fazer um clube para nós então. (Sr. Mário Ribeiro da Costa)

O Aristocrata Clube tornou-se um conhecido espaço de lazer da comunidade negra, famoso por seus bailes de debutantes, imitação de uma moda da época, muito comum nos clubes da elite paulista, como o próprio

Pinheiros que lhe barrara a entrada na piscina. Outros relatos nos trazem o preconceito vivenciado nos espaços da cidade. Na década de 40 era comum a instalação de riques de patinação, mas nem todos podiam frequentá-los, pois segundo o Sr. Cleophano de Barros, usava-se o expediente de que os locais estavam lotados: “tinha rinique que não aceitava pessoas de cor, era lugar público, mas o dono não deixava entrar, acabou”. A proibição da entrada de negros nos riques de patinação causou bastante polêmica na cidade e a militância da Frente Negra Brasileira saiu às ruas para verificar por que os riques não aceitavam negros ⁴⁵.

Uma lembrança muito vívida de preconceito vem de Dona Cacilda Geraldo ⁴⁶, experiência vivenciada em seu ambiente de trabalho, um ateliê de alta costura que ficava nas imediações da Rua São Bento:

Foi num dia em que não havia ninguém no ateliê, eu estava sozinha na sala de costuras que ficava nos fundos da loja, então aquela senhora entrou e eu a conhecia e sabia qual o modelo que ela havia escolhido e fui levar para que ela o provasse. Quando entrei no provador ela me olhou com aquela cara de horror, de espanto, e ficou ali parada sem dizer nada e não queria provar o vestido. Até que a encarregada da loja me chamou e pediu para que eu nunca mais entrasse na loja, nem levasse nada para as freguesas sem a permissão dela. Foi horrível, mas eu mantive a minha pose de que não tinha percebido nada, fiquei muito calma sem demonstrar nada pra ninguém.

O repúdio da compradora em ser atendida por uma mulher negra traz a tona a dura realidade do racismo. O calar-se “doeu muito”, segundo Dona Cacilda, mesmo assim, procurou manter a sua dignidade, sem demonstrar o quanto fora atingida pela atitude aviltante da mulher branca. Ademais, estava consciente de que a revolta poderia custar-lhe o emprego. Pouco tempo depois deixaria a loja para trabalhar em outro lugar. Mas a vida não era feita somente de tristezas e polêmicas para os homens e mulheres negros da cidade. Segregados, ostensiva ou veladamente, impedidos de desfrutar o seu

lazer, criaram espaços próprios de divertimento e sociabilidade, nos quais podiam congrega-se com seus iguais, distantes do olhar vigilante da sociedade que os repelia. Os bailes dançantes negros que se espalharam pelo centro da cidade, surgiram na tônica de negação dos espaços citadinos.

Entre os anos 30 e 40 ficaram famosos locais como o “Ke-vi”, baile familiar que dava festas somente em datas comemorativas, o “Elite” e o “28 de Setembro”, voltado mais para os moços e moças solteiros, conhecido ponto de encontro daqueles que migravam do interior. Importante salientar que a entrada “dos outros” nesses locais jamais foi proibida, a presença de pessoas brancas era bem aceita em todos eles, não obstante fosse rara. O Sr. Cleophano de Barros, era um assíduo frequentador do “28”:

Era um ponto de encontro de pessoas que vinham do interior para a cidade grande (...) os proprietários alugavam para um determinado público dançar a uma determinada hora (...) nós tínhamos um aqui ao lado da igreja Santa Ifigênia aonde tem um hotel, mas ali até tinha o apelido de Conceição 5, a gente que gostava de bailes sempre estava se comunicando pra ver se conhecia. E ali tinha um salão chamado Conceição 5 e eu dancei ali também”. (...) Tinha um que você ia pra lá, parece que não via uma pessoa branca, todo mundo bem tingido, era o “28 de Setembro”. E depois mais embaixo, na Rua 7 de Abril, tinha o Elite, que já era mais mestiçado. Ali eu gostava de ir aos domingos. (...) Naturalmente as pessoas que frequentavam eram pessoas que trabalhavam, então quando tinham aquelas horas de folga, criavam aquela diversão.

Dona Cacilda Geraldo não gostava de frequentar os bailes, porém sempre auxiliava suas irmãs e amigas na *toalete*, mostrando a elas também o modo de se portar, aprendido no trabalho em ateliês de alta costura para as senhoras da elite paulistana. Conta ela:

Havia clubes muito finos dos negros aqui em São Paulo. Tivemos o “Aeroclube”, tivemos o “Ke-vi, tivemos o “Evoluídos” e tivemos o “XV”, que eram clubes de

sociedade do negro muito requintados. Tanto as meninas quanto os negros eram requintados. Era sapato novo, terno novo. Porque um homem hoje ele fica com um terno só, mas naquele tempo o homem tinha cinco, seis ternos pendurados. Eu não frequentava porque eu nunca gostei de bailes, mas as minhas amigas iam então eu sei muito bem. Vestida requintadamente, socialmente, a rigor, os diretores todos em volta. Então eu sabia, eu não era frequentadora, mas de vez em quando alguma coisa que tinha eu ia, então eu sei muito bem como era. Não é como é hoje essa coisa “fuleira”, você quer um lugar social negro não tem. Naquele tempo era o fox, fox-trote, porque tinha fox, fox-trote, samba, samba-canção, tinha valsa, tinha mazurca, tinha diversas danças. E salto “Luiz XV”! Não era sapatinho baixo, era Luiz XV! Dependendo do lugar que você fosse, se você não tivesse de Luiz XV, às vezes nem entrava. Porque os porteiros já eram francos: “a senhora não está adequada pra entrar, você não está adequada pra entrar”. Eles eram obrigados a fazer uma revisão em você. Tinha lugares maravilhosos...

Dona Odeti Conegundes⁴⁷ lembra-se que sua irmã de criação, Lourdes, conheceu o futuro marido no “Ke-vi”. Alguns bailes eram frequentados em família e ocorriam esporadicamente. A Frente Negra também mantinha o seu baile, o famoso e disputado “Rosas Negras”. No que tange ao lazer, os passeios pelo centro da cidade também faziam parte desse cotidiano negro na cidade, além de ser o lugar ideal para se conseguir trabalho, as ruas do centro ofereciam espaço para encontros, nos quais se “paqueravam” as moças ou se discutia o momento político. O vai e vem dos transeuntes e as vitrines das lojas eram um espetáculo a parte, principalmente para quem vinha do interior:

A Rua Direita era o lugar do “footing”, teve uns tempos em que a Rua Direita dava só pessoal do interior. A Rua Direita não era calçadão como é hoje, tinha lá uma calçadinha, estreita, mas tinha. Uma calçadinha estreita vamos dizer que dava pra umas duas pessoas. Só que o povo era disciplinado, porque uma turma ia dum lado, outra turma vinha do outro lado. Era uma disciplina do próprio povo, uns que iam outros que voltavam. Você via

aquela turma que vinha da Praça da Sé e outra turma que ia pro outro lado. Faziam aquela divisão na Rua Direita. E ali era um lugar que o pessoal que vinha do interior gostava muito de passear, porque tinha um bar ali que chamava-se Bar Viaduto e aquele bar tinha uma orquestra que tocava, então o pessoal ficava todo lá na frente, porque queria escutar a orquestra tocar. Aquele bolo de gente na calçada ouvindo a orquestra tocar. Quem ia gastar lá era só gente que tinha dinheiro. Chamava-se Bar Viaduto, esse bar ficava entre a Rua Direita e o Largo da Misericórdia (...) As casas mais chiques de São Paulo estavam ali na Rua Direita, a Casa Kosmos, quem comprava roupa na Casa Kosmos era só fazendeiro, porque era roupa importada da França. Tinha a Casa Kosmos, a Casa Alemã, o Mappin *Stores*, porque antigamente o Mappin era ali, no tempo que o Mappin foi na Rua Direita, casa de luxo e era ali na esquina onde hoje está o Banco Unibanco, casa pra grã-fino, sabe.
(Sr. Cleophano de Barros)

Na praça da Sé tinha um ônibus circular, tomava o circular da praça da Sé, ia pela Rua Direita, atravessava o viaduto, às vezes entrava na Líbero Badaró, atravessava essa cidade... Tenho saudades... Meu pai dizia que o ponto que ele gostava mais de São Paulo era a Avenida São João com a Avenida Ipiranga, aquela esquina tinha um bar que a turma do Rosário tomava chá, era quase em frente ao Rosário.
(Dona Odete Conegundes)

O centro da cidade também diferenciava os “tipos de negros” que frequentavam as suas ruas. Segundo dona Cacilda Geraldo: “tinha a divisão do “negro chique”. Negro que passeava na Rua Direita não era chique. Agora o negro que ficava na Praça do Patriarca, aí era negro de primeira qualidade! Ele tinha seus espaços, ele fazia seus espaços. Costume de ir toda a segunda-feira na Igreja dos Enforcados era tradicional, aí lá se misturavam, mas cada um no seu nível”. Embora dona Cacilda nunca tivesse frequentado as reuniões da Frente Negra, conhecia os lugares onde deveriam circular os negros “de primeira linha”. Aprendera, em suas vivências na cidade, os diversos circuitos negros existentes. Nessa espécie de “divisão social” dos

espaços negros do centro da cidade, alguns passeios eram “combatidos” pela militância da FNB:

Naquela época, de sábado pra domingo, acontecia o *footing* na Rua Direita, que ficava cheia de negros. Então, nós, o presidente Justiniano, a turma da Frente, combatíamos muito isso, querendo ver se levávamos o negro pra Frente Negra. O pessoal da Frente não ia pra Rua Direita, e se alguém fosse pego lá, era criticado no dia da reunião⁴⁸.

Importante observar que na circularidade de homens e mulheres negros em seus passeios pela Rua Direita, residia a persistência em ocupar um antigo ponto de concentração do comércio ambulante popular, indo de encontro aos ditames do processo de urbanização que buscava afastar figuras indesejáveis da região central, protegendo o comércio da elite. Não obstante as dissensões acerca do *footing*, além dos passeios pelo centro da cidade, havia os cinemas, fonte de divertimento e também ponto de encontro na cidade:

Eu ia muito no cinema minha filha, naquele tempo fazia a *toalete* para ir ao cinema. Sabe o que é isso? Não é que nem hoje, as moça tudo de tênis, vai de tênis ao cinema, onde já se viu! Ia de salto alto no cinema, usava luva, chapéu, muito chique... Luiz XV! Chamava assim o salto, as moças todas arrumadas, os homens de terno e bengala... Pensa que era que nem hoje? Aquela negrada toda na fila do cinema... a gente paquerava também. (Dona Marina Baptista⁴⁹)

Eu ia muito no cinema, eu ia ali mesmo nessa região, que eu disse que estudava no Anglo Latino, bem em frente ao Anglo Latino, tinha um cinema, era o cine Capitólio, na São Joaquim. Então a gente ia lá pra assistir o seriado. Era um capítulo por semana e a gente ia acompanhando, tipo novela. Tinha o “Flash Gordon” e outras coisas e tinha comédia: “O gordo e o magro”, aquelas coisas bem interessantes, os irmãos Marx... (Sr. Mário Ribeiro da Costa)

Nós íamos ao cinema e então saíamos duas horas. A gente saía de um cinema e ia ao outro cinema, andava pela

cidade toda, tranquila... não tinha nada. Era de bonde. Tomava o bondão, ia na sessão das seis, era das seis às oito, aí pegava a sessão das nove às dez e então onze horas a gente já estava em casa. Assim era o nosso sábado todo, a gente ia no cinema o sábado todo. Sempre no centro, então tinha o Marrocos, no Ipiranga, era cine Ipiranga mesmo. O Odeon também. Que o Odeon tinha as duas sessões, a sala azul e a sala vermelha, passávamos nas duas... Tinha muitos filmes, comédias: “O gordo e o magro”, quantas e quantas assisti... Assistia filme brasileiro e falava pro meu pai: “vai pai, que o filme é bom”, e ele não ia...

(Dona Odeti Conegundes)

Essas lembranças invocam uma São Paulo tranquila, apesar do progresso iminente. A lentidão marcava o passado desses irmãos e irmãs do Rosário. Dona Marina expressa bem o ritmo da cidade em suas palavras: “a vida era tão parada antigamente, minha filha, tudo parado, parece que não acontecia nada... Tudo devagar, depois que veio o rádio ajudou a passar mais o tempo...” As ruas transitáveis a qualquer hora do dia e da noite, bondes e carros em número reduzido, se comparado ao número de pedestres, calçadas cheias de pessoas conversando, comentando os últimos acontecimentos. Tantos! As revoluções, dentro e fora do país, a grande guerra, a política, o futebol...

Cada um de meus depoentes relatou algum momento histórico marcante em sua vida. E ao fazê-lo, resgataram acontecimentos que também marcaram a vida da cidade de modo contundente e dos quais participaram ativamente. Um desses episódios foi narrado por Dona Marina Baptista, ao lembrar o ano de 1945, quando se instituiu o voto feminino no Brasil. Ela se lembra de ter havido um grande tumulto, pois muitas mulheres quiseram utilizar esse novo direito, tão almejado. Na ocasião, Dona Marina trabalhou juntamente com o marido, irmão e cunhada na confecção das fichas que originariam os títulos eleitorais. Tratava-se de um trabalho “extra”,

conseguido através de seu irmão que era funcionário de um escritório de advocacia.

O Fórum Central, na Praça João Mendes, contratava esses escritórios para efetuarem o registro das interessadas em tirar o título, os quais eram então remetidos ao Fórum. O dinheiro desse serviço extra rendeu bons dividendos, que auxiliaram na construção da casa de dona Marina, em um terreno recém-comprado no bairro da Saúde. Sobre o tumultuado dia das eleições ela recorda:

Teve gente que pulou a janela pra entrar. Foi um inferno! Porque tinha homem que tava desde a manhã sem comer na fila e foi um dia de sol quente... E os guardas não davam conta. Porque toda mulher de São Paulo pegou carteira pra votar. Até a gente aprender custou. Não tinha hábito de votar, só homem que votava. Quando homem ia votar, os homens iam tudo de bengala. Sabe porquê? Batiam. Politicagem. Iam brigar. Os homens usavam bengala naquele tempo, o luxo era bengala. Na “hora H” houve muita briga de bengala por causa de política...

Resgatando um passado mais longínquo, porém, muito significativo, Dona Cacilda Geraldo relembrou o momento da abolição da escravidão e a situação dos recém-libertos com grande vivacidade, através das memórias de sua bisavó, que fora escravizada:

Da minha mãe, a família começou no “Treze de Maio”, porque a minha avó foi vendida em Itatiaia num mercado de negros, por quarenta patacas. Você vê, ela era menina, porque ela valia ouro já, com a idade dela, de menina, ela já valia ouro porque era negra de canela fina, era negra trabalhadora, dentes bons, era isso que eles procuravam. (...) E meu avô, pai da minha mãe, foi vendido em Resende no mercado de escravos por um senhor que comprou os negros, o Sr. Bonfim, que é hoje a cidade que se fala “Vila Bonfim”, a área cafeeira de Ribeirão Preto, dos Bonfins com os Junqueiras. A fazenda dos Bonfim não tinha tronco... (...) Acontece que quando eles vieram, eu não sei falar a idade da minha avó porque nem ela mesmo sabia explicar, mas eu creio que no mínimo ela

deveria ter de uns dois a três anos (...) quando eles vieram pra cá já estavam com o movimento da liberdade dos escravos. Quando veio falando da libertação, porque era uma fazenda diz que muito querida, porque os negros que fugiam, que apanhavam em outras fazendas fugiam e iam pra lá, porque lá não tinha tronco, não tinha, nem a sinhá gostava. Então muitos fugiam e iam pra lá e ele tinha aquela força de dizer: “entrou no meu terreiro é meu, eu não fui buscar, entrou no meu terreno é meu”. Mas acontece que quando veio a libertação, justamente no dia 13 de Maio, a minha mãe conta quando chegou na fazenda era de manhã, minha bisa que falava, e então a criançada começou a brincar e gritar que era livre, mas eles nem sabiam o que era, se era escravidão, se era liberdade, a criançada não sabia (...) Ela era uma menina, ela que cuidava dos negrinhos lá na senzala, ela era uma menina, tinha doze, treze anos lá na senzala, não tinha nada com a casa grande, nada, tanto que ela não tinha nenhum contato com os senhores.

Além do passado de escravidão, lembrado através dos relatos de sua “bisa”, Dona Cacilda Geraldo relembrou um momento recente no qual reconheceu a sua ancestralidade africana, ao descobrir pertencer a uma linhagem importante de Moçambique:

Meu pai era de Moçambique, a origem do meu pai é negro de Moçambique. Tanto que os negros de Moçambique eles tem uma marca. E eu só fiquei sabendo dessa marca foi por uns africanos que estiveram aqui em São Paulo, e eu conversando com eles, tendo palestra e tudo mais, um deles chegou em mim e disse: “espera uma coisa, olha pra mim”, eu olhei e ele disse: “que engraçado, ela tem uma marca”, falou pro outro, eles levantaram e vieram ver essa marca, que eu tenho essa marca real, dos negros de Moçambique (...) É uma coisa que eu tinha dentro de mim que eu não sabia explicar. Eu sonhava sempre que eu estava indo pra África e que quando eu chegava na África, na terra africana, eu não gostava de calçado, eu ficava de pé no chão e que muitas vezes eu passava e eles me reverenciavam e eu dizia: “mas porque?”, no sonho, “mas porque eles fazem isso comigo? Eu não sou nada!”.

O passado de escravidão também apareceu nas memórias de outros depoentes, como o Sr. Cleophano e Dona Marina, mas poucas foram as referências à ligação com o continente africano. Apesar de rememorarem um cotidiano de vivências muito próximo da escravidão, a África apareceu raramente na fala desses irmãos do Rosário, corroborando o distanciamento entre as duas margens do Atlântico, em curso entre o final dos oitocentos e início do século XX. Algumas tênues lembranças de um passado africano apareceram associadas à escravidão:

Meu pai chamava-se João de Deus Silveira, era um sobrenome de dono de escravo, porque na época da escravidão o sobrenome dos escravos era do dono deles. Meu pai fez uma pesquisa e descobriu que a família dele veio de um lugarejo africano chamado Conegundes, então ele assumiu esse sobrenome. Como ele conseguiu registrar esse nome eu não sei, só sei que ele passou a se chamar João de Deus Conegundes.
(Dona Odeti Conegundes).

Embora tenham se conhecido no ambiente da Irmandade do Rosário, as histórias dos depoentes que ouvi e pude contar se encontraram em suas andanças pela cidade. Nasceram ou chegaram, cresceram, viveram, nos mesmos bairros: Brás, Barra Funda, Campos Elíseos, Bom Retiro. Frequentaram os mesmos bailes, assistiram aos seriados nos cinemas do centro: Marabá, Ipiranga, Odeon, Metro, programa imperdível dos finais de semana. Praticaram o *footing*, escondidos ou às vistas de todos. E amaram a cidade, que os excluiu, mas também amparou. Nesta São Paulo, foram hábeis em criar formas de resistência, ostensivas, como os protestos contra a proibição de circularem nas ruas do centro ou de frequentarem os riques de patinação; estratégicas, como os bailes negros e a irmandades e associações de homens pretos. E todos eles se reuniram sob o manto da senhora do Rosário, na “sua igreja”, espaço que representou a um só tempo: identidade, templo e refúgio.

À guisa de conclusão

Pode parecer anacronismo, à primeira vista, observar o atual cenário de migração africana na cidade de São Paulo, com os olhos dos nossos irmãos e irmãs do Rosário. No entanto, se analisarmos as vivências desses homens e mulheres negros descendentes de africanos, podemos perceber o elo de ligação entre esse passado e a História presente: a cidade de São Paulo. Na qual uma nova/velha presença negra se acomoda em suas ruas, becos e vielas. Em comum também, a alteridade, que os coloca em um lugar de estranhamento e subalternidade.

Se dantes eram os nossos “velhinhos” que, na juventude, praticavam o *footing* pelas ruas do centro, são agora os africanos, de diversas nacionalidades que se sobressaem na paisagem caótica da cidade, circulando a pé pelas ruas do centro velho, transitando entre os bairros do Bom Retiro, Pari, Brás, Sé. Como que retomando os espaços anteriormente ocupados pelos ancestrais de seus ancestrais e que a urbanização tirana tentou lhes retirar. Alargam o seu caminhar para as zonas periféricas da cidade, nos bairros de Artur Alvim e Santo Amaro, e assim vão tecendo as suas sociabilidades, as suas redes de mútuo auxílio, tal e qual fizeram os confrades do Rosário, em torno de sua irmandade e de locais mais profanos, como os clubes negros e as páginas dos jornais da Imprensa Negra Paulista. A história desses imigrantes africanos se constrói na tessitura do tempo presente. É preciso aguardar o “tempo” para saber se amarão a cidade que os exclui e os ampara. História que certamente, na longa duração, estará circunscrita na memória de São Paulo.

Notas

* Doutora em História Social pela FFLCH/USP, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: fabiaribeiro@unilab.edu.br

¹ THOMPSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história orla e as memórias. **Projeto História**, (15), abril. 1997, pp. 56-57.

² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 7.

³ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 127.

⁴ Este artigo se baseará nos relatos de irmãos e irmãs da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, colhidos entre os anos de 2002 e 2003. Para acesso ao trabalho completo ver: RIBEIRO, Fábila Barbosa. **Vivências negras: as experiências de homens e mulheres negros na cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX**. São Paulo: PUC/SP, 2003. Nesta pesquisa, utilizei como fonte principal os depoimentos de irmãos e irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, com faixa etária entre 72 a 101 anos, assim como documentos pertencentes a esta irmandade e ainda dois jornais da Imprensa Negra Paulista: “*A Voz da Raça*”, dirigido por Justiniano Costa, membro histórico da Irmandade e o “*O Clarim d’ Alvorada*”, dirigido pelo “velho” militante José Correia Leite.

⁵ O *footing* era o passeio a pé pelas ruas do centro.

⁶ CUTI, Luis Silva. ...**E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, 1992. Em 1943 o então secretário de segurança Alfredo Issa, atendendo aos pedidos de alguns comerciantes, proibiu os negros de passearem na Rua Direta. Segundo José Correia Leite: “ali era o ponto de encontro da negrada que fazia o *footing*, era também uma rua do comércio mais ou menos diversificado... E esse Alfredo Issa atendeu ao pedido. Um dia tirou às brutas e proibiu os negros de passearem na Rua Direta. O negócio teve uma grande repercussão e quase cria um caso (...) e esse negócio chegou ao conhecimento do Getúlio Vargas, que mandou uma ordem para o Alfredo Issa a fim de que desse um jeito de contornar a situação. Isso aconteceu em 1943” (p. 141).

⁷ Em suas memórias, José Correia Leite afirma: “tudo que acontecia de importante no meio negro era discutido em grupos que se reuniam na Praça da Sé, no Largo de Piques, nos cafés...”. *Op. Cit.*, p. 73.

⁸ A respeito dos bailes negros na cidade de São Paulo ver: SILVA, José Carlos Gomes. **Os sub-urbanos e a outra face da cidade**. Negros em São Paulo 1900-1930. Cotidiano, lazer e cidadania. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990. Dissertação de mestrado.

⁹ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acessado em: 20.09.2016. Os dados se referem a um balanço realizado até o mês de abril de 2016.

¹⁰ Dados mais recentes acerca da distribuição dos imigrantes pelo mundo podem ser encontrados no site da Organização das Nações Unidas:

<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/international-migration/>

¹¹ A preferência foi comentada por mulheres angolanas conhecidas da autora, que praticam o comércio no Brás.

¹² Estimativa elaborada a partir da Base de dados *The Transatlantic Slave Trade*. Acesso através da página: <http://www.slavevoyages.org>

¹³ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei 528 de 28 de junho de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁴ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 101.

¹⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012, p. 14.

¹⁶ AMARAL, Raul Joviano. **Os pretos do Rosário: subsídios históricos**. São Paulo: João Scortecci, 1991, p. 32.

¹⁷ *Idem*, p. 38. Amaral afirma que o surgimento da irmandade teria se dado a 02 de janeiro de 1711, todavia, não apresenta subsídios documentais para tal assertiva. A transcrição da Provisão enviada pelo bispo do Rio de Janeiro, Frei D. Antonio, que autorizou o funcionamento do templo de Nossa Senhora do Rosário, revela que a construção da capela teria se dado entre os anos de 1725 e 1750. É importante destacar que a maioria dessas irmandades era mais antiga do que revelam as suas fontes oficiais, pois era comum que existissem extraoficialmente anos antes de sua efetiva legalização. Assim, podiam instalar as suas imagens em altares laterais de outras igrejas e realizar as suas reuniões em espaços ali concedidos, até que construíssem seus próprios templos.

¹⁸ Por problemas de saúde pública foram proibidos durante o século XIX, os enterros no interior dos templos, prática comum desde os primórdios do catolicismo no Brasil. Para assegurar os sepultamentos foi construído e inaugurado na cidade em 1858, o Cemitério da Consolação. Em 1810, ao ratificar a reforma do Compromisso da Irmandade do Rosário, o príncipe regente, D. Pedro I, já havia revogado o direito ao enterro nos templos da Irmandade, a fim de coibir práticas de rituais e cânticos africanos que ainda persistiam e que assustavam aqueles que passavam pelas ruas à noite. Para maiores detalhes acerca dessas práticas ver: SANTOS, Acácio Sidinei Almeida. **A dimensão da morte resgatada nas irmandades negras, candomblé e culto de babá egun**. São Paulo: PUC/SP, 1996.

¹⁹ MARTINS, Antonio Egydio. **S. Paulo antigo (1554 a 1910)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C.: São Paulo: Typ. do Diario Official, 1911-12, p. 230.

²⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 14.

²¹ MARTINS, Antonio Egydio. **S. Paulo antigo**. op. cit., p. 54.

²² Wissenbach, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 185-187.

²³ *Idem*.

²⁴ Dias, Maria Odila Leite Silva. **Cotidiano e poder...**, *Op. Cit.*, p. 159.

²⁵ MARTINS, Antonio Egydio. **S. Paulo Antigo**. *Op. Cit.*, p. 84-85.

²⁶ FREITAS, Affonso de. **Tradições e reminiscências paulistanas**. São Paulo: Monteiro Lobato, s/d. APUD. ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999, p. 67.

²⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. Cit.*, pp. 184-185.

²⁸ ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: Op. Cit.**, p. 28.

²⁹ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008, p. 117. Acerca da presença dos ervanários e curandeiros na cidade de São Paulo, ver: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. Tese de doutorado.

³⁰ MARTINS, Antonio Egydio. **S. Paulo antigo**. op. cit., pp. 146-147.

³¹ MOURA, Paulo Cursino. **São Paulo de Outr'ora: evocações da metrópole, psychologia das ruas**, São Paulo: Melhoramentos, 1932, p. 77.

³² AMARAL, Raul Joviano. op. cit., p. 130.

³³ Este termo foi empregado na ata de fundação da “Associação dos Homens Unidos”, realizada em 16/03/1917, no Consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

³⁴ Igreja do Rosário de São Paulo. Livro de atas da Associação dos Homens Unidos, 1917-1929. Ver: RIBEIRO, Fábila Barbosa. op. cit..

³⁵ Sr. Cleophano de Barros. À época da pesquisa o Sr. Cleophano, contava com 89 anos. Químico farmacêutico aposentado, natural de Piracicaba, morador do bairro da Lapa, dono de memória prodigiosa, faleceu em 2012, aos 99 anos.

³⁶A FNB possuía um Grande Conselho composto por 20 membros, além de um Conselho Auxiliar ao qual estavam ligados cabos e comissários de cabos, encarregados da arrecadação das contribuições e da circulação de informações pelos bairros da cidade. A FNB espalhou filiais em cidades do interior paulista como Campinas, Limeira, Jundiá, São José do Rio Preto, e ainda no Rio de Janeiro e Salvador. Para uma história da Frente Negra baiana ver: BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, capítulo 6.

³⁷No ano de 1932 o advogado, Dr. Guaraná de Santana desliga-se dos quadros da Frente Negra Brasileira para formar a Legião Negra, que lutaria junto aos paulistas na Revolução Constitucionalista, posição contrária à da FNB, que preferiu adotar uma postura de neutralidade perante essa questão.

³⁸Esses serviços eram divididos em departamentos, sendo que a Frente contava com um departamento de instrução ou cultura, responsável pela parte educacional, com cursos de ensino primário, alfabetização e formação social; departamento musical; departamento esportivo; departamento médico e dentário, departamento de imprensa, encarregado de publicar o jornal “*A Voz da Raça*”, departamento de artes e ofícios, com cursos de marcenaria, pintura e ornamentação, costura e até curso de pedreiro; departamento dramático; departamento Campanha da Boa Vontade, encarregado de preservar a sede da entidade; comissão de moços; departamento jurídico-social.

³⁹O Sr. Mário Ribeiro da Costa, contava com 74 anos, à época das entrevistas, filho de Justiniano Costa, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira. Funcionário público aposentado trabalhava como assessor parlamentar e presidia o Aristocrata Clube, entidade negra fundada na década de 60. Faleceu em 2016.

⁴⁰Aparecida Oliveira Santos, a Tia Cida, tinha 89 anos à época da pesquisa. Natural de Eleutério, interior de São Paulo. Era funcionária pública aposentada pelo Instituto Adolfo Lutz e possuía uma agência de viagens especializada em pacotes para a terceira idade. Faleceu há alguns anos deixando dois filhos.

⁴¹Para uma história dessa imprensa ver: FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista: 1915-1963**. São Paulo: FFLCH-USP, 1981.

⁴²LUCRÉCIO, Francisco. O preto que tem alma própria. *A Voz da Raça*, dezembro de 1936, p. 1.

⁴³Segundo o Sr. Mário, a escolha do nome do clube trouxe muita controvérsia entre seus fundadores, ele gostaria que se chamasse “Palmares”, em homenagem ao passado de lutas dos escravos. Mas democraticamente, por meio de votação, optou-se pelo nome de “Aristocrata”, nome que, segundo ele: “não tinha nada a ver com nossa condição”, mas que não deixava de ser uma forma irônica de protesto.

⁴⁴O Sr. Justiniano Costa foi juiz provedor da Irmandade nos anos compromissais de 1930 a 1934 e secretário nos anos de 1918 a 1929.

⁴⁵BARBOSA, Márcio org. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo, Quilombhoje, 1998.

⁴⁶Dona Cacilda Geraldo, contava com 72 anos à época da entrevista, natural de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, trabalhou desde sua chegada à cidade como costureira. Faleceu aos 74 anos em 2005.

⁴⁷Dona Odeti Conegundes, 82 anos na ocasião da pesquisa, natural de São Paulo, nascida no bairro do Brás. Funcionária pública aposentada, uma das mais fervorosas devotas de Nossa Senhora do Rosário, faleceu aos 90 anos.

⁴⁸Memórias do militante da FNB Placidino Damaceno Mota, ver: BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**. op. cit., p. 102.

⁴⁹Dona Marina Baptista Gonçalves Neves, 86 anos na ocasião da pesquisa. Dona de casa, viúva de Cassiano José das Neves, arquiteto e artista plástico negro, nasceu em São Paulo no bairro do Brás. Faleceu aos 90 anos.